

EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE E CIDADANIA

NATÁLIA RAMOS (COORDENAÇÃO)

MARIA DA CONCEIÇÃO RAMOS

ILEANA CONSTANTINESCU

MARIA DA PENHA LIMA COUTINHO

JOSÉ COELHO MATIAS

MARIA TABITA ALMEIDA

ADELINO TORRES ANTUNES

MILENA PRESS

BUCARESTE

2008

EDITURA MILENA PRESS

B-dul Iuliu Maniu nr. 186, Bloc E, Sc. B, Et. 5, Ap. 130

Sector 6, București

Telefon: 004/0727.598.614

ISBN: 978-973-7873-20-0

CAPÍTULO 4

CRIANÇAS E FAMÍLIAS EM CONTEXTO MIGRATÓRIO E INTERCULTURAL – DESAFIOS ÀS PRÁTICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, SOCIAIS E DE CIDADANIA.

Natália Ramos

Universidade Aberta, CEMRI, Lisboa
e-mail: natália@univ-ab.pt

Resumo

Na actualidade, as questões da diversidade cultural, da mobilidade das populações e das relações interculturais são da maior importância no contexto do mundo globalizado, estão no centro das preocupações da maioria dos Estados, vindo colocar novos desafios à sociedade e às políticas do século XXI nos diferentes sectores, em particular no domínio educacional.

O paradigma intercultural vem desafiar os paradigmas tradicionais em educação, introduzir a pluralidade, a heterogeneidade, a complexidade, a multi/interdisciplinaridade na pesquisa e intervenção em educação, implicando um novo reposicionamento metodológico e epistemológico, nomeadamente, ao nível da educação e da comunicação intercultural.

Através de uma perspectiva multidimensional e intercultural e de investigações teóricas e empíricas, são analisados os múltiplos factores que afectam as representações e as práticas relativas às relações interculturais, à integração social e educacional das famílias e crianças migrantes, destacando-se factores de risco e de vulnerabilidade e, ainda factores promotores de inclusão, de desenvolvimento e sucesso educativo. São igualmente analisadas estratégias e políticas que promovem a inclusão, a igualdade de oportunidades, o diálogo intercultural e o acesso à cidadania dos grupos minoritários e majoritários, em especial, das crianças migrantes e das suas famílias.

Palavras-Chaves: Interculturalidade; Migração; Educação e Comunicação Intercultural; Políticas e Estratégias; Cidadania; Diálogo Intercultural.

Introdução

Actualmente, as questões da diversidade cultural, da mobilidade das populações e das relações interculturais, são da maior importância no contexto do mundo globalizado, estão no centro da preocupação da maioria dos Estados, vindo colocar enormes desafios à sociedade e às estratégias e políticas nos diferentes sectores.

A globalização e os fluxos migratórios aumentaram sem precedentes os contactos entre as culturas e a coabitação entre diferentes modos de vida, contribuindo para a multi/interculturalidade das sociedades e das escolas, para a partilha de espaços e actividades e, ainda para a coabitação de tradições culturais, de competências e de saberes. Deste modo, a diversidade cultural e as relações interculturais, fazem hoje parte e integram cada vez mais os contextos social, económico, político, religioso, educacional, sanitário e mediático.

A diversidade cultural constitui um recurso simbólico, social e económico importante, uma mais valia na auto definição identitária e na definição identitária do grupo a que pertencemos, podendo sustentar o reconhecimento positivo da diferença, do outro, mas podendo também servir de suporte para acentuar as diferenças entre as maiorias e minorias e desencadear atitudes de discriminação e de racismo.

A crescente diversidade cultural e interculturalidade nas sociedades actuais contribuiu para que as mulheres e os homens do século XXI mantenham múltiplas pertenças e redes transnacionais; desenvolvam novas formas de relações sociais e interculturais e novas práticas de cidadania; tenham conquistado novos direitos, mas conheçam, igualmente, novos conflitos, novos problemas comunicacionais e de integração e novas formas de discriminação e de exclusão.

No mundo contemporâneo e no que diz respeito à migração, o desfasamento crescente entre níveis de desenvolvimento e entre estruturas demográficas de países ricos e pobres, os conflitos políticos e armados e a globalização têm gerado um número cada vez maior de migrantes e refugiados. Os fluxos migratórios são mais numerosos, mais rápidos e mais diversificados e complexos que no passado, tendo impregnado a vida quotidiana e as relações entre os indivíduos, os Estados e as culturas. Estes fluxos originam modificações nos países de partida e de chegada e constituem uma realidade cultural, social, política e jurídica ao nível mundial e no Portugal contemporâneo.

Segundo dados das Nações Unidas, uma em cada trinta e cinco pessoas é migrante internacional, constatando-se que perto de 200 milhões de pessoas vivem actualmente fora dos seus países de origem, Destes migrantes 95 milhões são mulheres, e um terço das migrações internacionais são migrações familiares. Importa salientar que a reunificação familiar é a principal via de entrada da imigração para a União Europeia, verificando-se que 75% dos fluxos migratórios anuais são constituídos por cônjuges, filhos e outros familiares (E.OSSDF, 2002). Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2007), as migrações familiares atingem 70% nos

EUA e constituem um terço das migrações permanentes no Japão e no Reino Unido. As migrações familiares predominam, assim, nos fluxos migratórios de carácter permanente.

Com efeito, os fluxos migratórios têm vindo a aumentar, tocando todos os continentes e os diferentes sectores da vida pública, prevendo-se que em 2050 as migrações internacionais atinjam os 230 milhões. O número de migrantes internacionais quase triplicou desde 1970. Em relação à União Europeia (UE), o número de migrantes provenientes de países extra europeus aumentou 75% desde 1980. Só a Europa contava, em 2000, 62 milhões de migrantes e a América do Norte 41 milhões. De assinalar que perto de 9% de migrantes do mundo são refugiados (16 milhões de pessoas) (PNUD, 2004).

Portugal, país tradicional de emigração (quase 5 milhões de portugueses estão em diáspora), tem vindo a reforçar o seu carácter de país de imigração, esta representando na actualidade 5% da população residente.

O Instituto Nacional de Estatística (INE, 2006) destacava que, em 2005, nasceram em Portugal mais de nove mil crianças em que um, ou ambos os pais eram estrangeiros, reunindo 8,3% da totalidade dos nascimentos neste ano, sendo os brasileiros que contribuem com o maior número de crianças (perto de duas mil), seguidos por Angola (1.382) e Cabo-Verde (1.101).

Este organismo destaca ainda que a população estrangeira legal em Portugal é constituída essencialmente, por homens (56,8% contra 43,2% de mulheres), estando distribuída, sobretudo, no distrito de Lisboa (48,6%), seguindo-se Faro (13,9%) e Setúbal (9,3%).

Esta população concentra-se, essencialmente, na idade activa (83,1%), representando a população dos 0-14 anos 13,2% e os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos apenas 3,8% da referida população.

O número crescente da população imigrante, nomeadamente em Portugal, proveniente de diferentes continentes, sobretudo da América Latina (Brasil), de África (PALOP) e da Europa de Leste (Ucrânia), faz com que a sociedade e os diferentes sectores sociais, particularmente, a instância educativa e a escola sejam confrontadas com uma grande heterogeneidade linguística e cultural dos seus alunos, o que exige destas a adopção de estratégias e políticas adequadas para fazer face a esta nova realidade.

O aumento da imigração e o reagrupamento familiar fizeram aumentar consideravelmente o número de crianças e jovens nas comunidades imigrantes. Nos estabelecimentos escolares das zonas da sua residência, elas constituem uma percentagem importante do efectivo escolar.

No caso português, a grande maioria dos alunos de origem estrangeira, concentra-se sobretudo nas escolas de Lisboa e Vale do Tejo e ao nível do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) segundo os dados do Ministério da Educação. Verifica-se uma diminuição crescente à medida que se eleva o nível de estudos, ou seja, ensino secundário e superior, estes resultados indo ao encontro de outros estudos internacionais sobre estes alunos.

Dados igualmente do Ministério da Educação (ME) salientam que, no ano lectivo de 1999/2000, dos 6,7% dos alunos pertencentes a grupos étnico-culturais distintos do grupo maioritário, matriculados no ensino pré-escolar, básico e secundário, estavam assim distribuídos: pré-escolar (11%); básico-1º ciclo (39%); básico- 2º ciclo(15%); básico- 3º ciclo (23%); secundário (12%).

Neste mesmo ano, dados do ME, salientam que os alunos matriculados no ensino não superior pertenciam a uma enorme diversidade de nacionalidades estrangeiras, distribuídos do seguinte modo: países lusófonos (44,7%); ex. migrantes (20,5%); União Europeia (15,2%); outros países (10,9%); ciganos (8,6%).

Ainda em Portugal e segundo o Ministério da Educação, no ano lectivo de 2003/2004, estavam inscritas nas escolas portuguesas 81.470 crianças de origem estrangeira, a grande maioria destes alunos imigrantes concentrando-se essencialmente ao nível do ensino básico, em particular, no 1º ciclo.

Abordagens e Perspectivas da Interculturalidade

As problemáticas da diversidade cultural e da interculturalidade implicam um novo reposicionamento metodológico e epistemológico ao nível da investigação e da intervenção, tendo vindo a colocar novos desafios às sociedades e às políticas do século XXI, no que diz respeito à gestão da diversidade cultural, das identidades, dos conflitos, da educação e da comunicação interculturais, às interacções entre o eu e o outro, entre o universal e o singular.

A experiência da alteridade e da diversidade estão, de facto, no cerne da interculturalidade e da educação, implicando uma novo paradigma e abordagem. O paradigma intercultural vem desafiar os paradigmas tradicionais em educação e colocar

novos desafios teóricos e metodológicos ao nível da pesquisa, da intervenção e da formação.

A abordagem intercultural implica várias constatações e perspectivas:

- *uma constatação de ordem sociológica*, tendo em conta que a maioria das nossas sociedades são e serão cada vez mais multiculturais;
- *uma opção de ordem ideológica*, já que a multi/interculturalidade é, potencialmente, uma riqueza para o conjunto da sociedade;
- *uma visão estratégica*, pois para passar do multiculturalismo ao interculturalismo, torna-se necessário promover a relação entre as culturas, no entanto, sem anular a identidade de cada uma delas;
- *uma perspectiva multi/interdisciplinar*, na medida em que os objectos do domínio intercultural são objectos complexos, plurais, heterogéneos e pluridimensionais, que não podem ser reduzidos a uma única abordagem disciplinar;
- *uma perspectiva sistémica e multidimensional*, necessária a uma visão global, dinâmica e interaccionista das diferentes problemáticas e à construção de um pluralismo comum, implicando o reconhecimento ao mesmo tempo, dos indivíduos e das culturas e a integração das representações e das práticas educacionais nos contextos ecológicos, familiares, socioeconómicos, culturais e políticos em que estão inseridas;
- *um processo dinâmico e dialéctico*, onde o intercultural implica a tomada de consciência da alteridade e da diversidade, do universal e do particular, das identidades individuais e colectivas, das interacções entre os indivíduos e os grupos e ainda das relações entre o eu e o outro;
- *um novo paradigma conceptual e epistemológico*, comum às diferentes áreas disciplinares que tratam a complexidade e a pluralidade;
- *uma perspectiva psicossocial e pedagógica*, visto que as problemáticas interculturais implicam o desenvolvimento de competências culturais, sociais, pedagógicas, comunicacionais, de competências individuais e de cidadania de todos os grupos, que permitam interacções sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam a consciencialização cultural, a comunicação e o diálogo intercultural e o funcionamento democrático das sociedades;
- *uma perspectiva sócio-política*, dado que o interculturalismo não é somente um objectivo em si, mas é também um instrumento para promover a coesão social, o exercício da cidadania, a igualdade de oportunidades e uma integração adequada de todos, grupos minoritários e majoritários.

O intercultural implica relação, diálogo e comunicação entre as diferentes culturas, através dos indivíduos e grupos portadores dessas culturas, em situações interculturais diversas. Para Clanet (1993: 108) *“uma situação intercultural é uma situação, na qual se encontram e interagem indivíduos, grupos e instituições originários de universos culturais diferentes”*.

A perspectiva intercultural implica a tomada em conta das noções de complexidade e reciprocidade nas relações entre as culturas: *“A interculturalidade é o conjunto dos processos psíquicos, relacionais, grupais, institucionais (...) originados pelas interações das culturas, numa relação de trocas recíprocas e numa perspectiva de salvaguarda de uma relativa identidade cultural dos parceiros em relação”* (Clanet, 1993: 21).

O intercultural implica um esforço contra o etnocentrismo, os estereótipos e os preconceitos, um trabalho de descentração e de meta conhecimento da sua própria identidade cultural e do papel que ela desempenha na construção identitária, obrigando a reflectir sobre a sua cultura, sobre a sua própria identidade cultural.

A abordagem intercultural vem promover um novo modelo de comunicação e de gestão da diversidade cultural, nomeadamente ao nível educacional. Implica promover processos reflexivos, modelos pedagógicos e competências que contribuam na construção de sociedades democráticas e equitativas e de cidadãos e profissionais implicados e responsáveis, que permitam fazer face às diferentes e complexas situações que encontram na sociedade e no mundo do trabalho e que favoreçam o trabalho em equipa e inter/multidisciplinar e não apenas a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de uma simples profissão. Implica promover a comunicação, participação e a cooperação com os outros nas diferentes actividades humanas; aprender a dialogar com as outras culturas e aprender a conhecer o outro e as suas tradições e culturas; aprender a construir projectos e a encontrar soluções em conjunto para a resolução de conflitos e para a compreensão das relações interculturais e de interdependência cada vez maiores.

As problemáticas do domínio intercultural exigem competências de cariz psicológico, social, cultural, pedagógico e comunicacional, baseadas na experiência da alteridade e da diversidade, no equilíbrio entre o universal e o singular. Estas problemáticas implicam o desenvolvimento de competências individuais que permitam interações sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam uma atitude de descentração, a qual permitirá flexibilizar e relativizar princípios e modelos apresentados como únicos e universais e evitar muitos comportamentos de intolerância e

discriminação; implicam o desenvolvimento de competências interculturais, sobretudo linguísticas e pedagógicas, que facilitem por um lado, a comunicação intercultural e a consciencialização cultural e, por outro lado, que promovam uma educação e ensino interculturalmente competentes e educadores culturalmente sensíveis e implicados; implicam igualmente, o desenvolvimento de competências de cidadania, que tornem possível o funcionamento democrático das sociedades e das próprias instituições educativas.

Educação, Criança e Família Migrantes

Ao nível internacional, europeu e nacional e das políticas educativas, várias medidas existem e estão a ser preconizadas para fazer face às novas realidades emergentes das migrações e da diversidade cultural, dirigidas em simultâneo aos agentes educativos, aos grupos minoritários e estrangeiros e seus descendentes e à sociedade em geral, de modo a assegurar que as crianças e os jovens de grupos minoritários tenham acesso à educação nas mesmas condições que os nacionais

A integração e o sucesso educativo dos alunos originários de outras culturas e/ou descendentes de imigrantes é um importante indicador de integração social, de desenvolvimento e de coesão social.

Constituindo a escola um importante elo de ligação à sociedade de acolhimento, devem-se promover os meios que possibilitem a adequação da instituição escolar à realidade social e multicultural e a sua articulação com as famílias e a comunidade em que está inserida.

A Comissão Europeia, em articulação com os estados membros, tem vindo a promover iniciativas ao nível legislativo e dos sistemas e políticas educativas, tendo em vista a formação dos agentes educativos, particularmente professores, para lidarem com a complexidade e a interculturalidade no ensino, a aprendizagem da pedagogia intercultural, o reconhecimento da diversidade nas relações internacionais e globais e a solidificação de uma identidade europeia, para além, da diversidade nacional (*Eurydice*, 2004).

Com efeito, há uma multiplicidade de prioridades políticas que se impõem ao nível nacional e internacional, no sentido de melhorar a integração e a educação dos imigrantes e o exercício dos seus direitos de cidadania, pois esta realidade toca hoje todos os continentes e todas as instâncias sociais.

Em Portugal, ao nível institucional, para fazer face à diversidade cultural e linguística, várias medidas têm sido promovidas desde o início dos anos 90, sobretudo no sistema escolar, nomeadamente:

- criação, em 1991, do *Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural* (Entre Culturas), promovido pelo Ministério da Educação (tendo passado em 2004 para a tutela do ACIME), com o objectivo de preparar a escola da diversidade cultural e da sociedade multicultural;
- criação, em 1995, do *Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas* (ACIME), que passou, em 2002, a Alto Comissariado, com um Observatório da Imigração, passando a designar-se em 2007 *Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural* (ACIDI) e a produção de estudos nesta área;
- criação, em 1998, dos “*Mediadores Sócio-Culturais*”, tendo como particular tarefa, exercer a articulação entre a escola, as famílias e a comunidade de origem dos jovens, nomeadamente de minorias étnicas como os ciganos;
- criação, em 1996, de “*Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*”, a fim de combater a exclusão social e escolar, assegurando a todas as crianças o efectivo direito ao ensino;
- lançamento, em 1998, do projecto “*Pelas Minorias*”, inserido no Programa Cidades Digitais, na luta contra a info exclusão, pretendendo, também, contribuir para o reforço da identidade cultural das populações envolvidas;
- criação, em 2004/2005, do “*Plano de Português Língua não Materna*”, envolvendo apoio escolar individualizado para o melhoramento das competências na língua portuguesa para aqueles em que o Português constitui a segunda língua;
- promulgação do despacho normativo (nº 7/2006, de 6 de Fevereiro) do Ministério da Educação, o qual constitui “um desafio às escolas” para que criem condições sociais e pedagógicas didácticas, as quais promovam a integração dos alunos estrangeiros e facilitem o acesso destes a todas as áreas do saber.

Em relação à União Europeia (UE), o relatório *Eurydice* (2004) intitulado *Integration immigrant children into schools in Europe*, sublinha que a legislação actual na União Europeia (UE) visa assegurar que os filhos de imigrantes tenham acesso à educação nas mesmas condições que os nacionais de qualquer país membro da UE.

Também, no que diz respeito à educação das crianças migrantes, O Conselho da Europa, recomenda aos Estados dos países de imigração a facilitar o ensino da língua nacional e a avançar no sentido de lhes permitir a aprendizagem da sua língua materna.

Apesar destas medidas, apesar da redução significativa do abandono escolar, na Europa e em Portugal, e do acesso à educação ser reconhecido como um direito fundamental para todos e independentemente da sua nacionalidade e situação legal, há ainda um número importante de abandono e insucesso escolar, nomeadamente, em Portugal.

Sobre as taxas de insucesso escolar no 1º ciclo do ensino básico das crianças migrantes e autóctones em Portugal, entre os anos lectivos de 1992/93 e 1997/98, os dados deste Ministério mostram que as taxas médias de reprovação dos alunos de origem africana, sobretudo cabo-verdiana, foram mais altas do que a dos alunos autóctones, variando entre 20% e 26%, enquanto que as taxas de reprovação das crianças autóctones variaram entre os 12% e os 14%.

Com efeito, no caso de alguns grupos, como os africanos em Portugal, as taxas de abandono e insucesso escolar estão acima da média (Machado *et al.*, 2005).

Estes dados vão ao encontro de estudos internacionais e nacionais, relativos à adaptação e sucesso escolar das crianças migrantes e de minorias étnico-culturais, os quais registam problemas de abandono e insucesso escolar neste grupo, situação que deriva de múltiplos factores. Com efeito, a esta problemática estão associados factores linguísticos, culturais e psicológicos, sendo, igualmente, determinantes a precariedade e a exclusão social e cultural em que vive uma grande parte das minorias, nomeadamente, as crianças e suas famílias e o distanciamento destas em relação à cultura escolar.

“O insucesso escolar das crianças originárias da emigração não pode reduzir-se ao problema linguístico e à categoria de estrangeiro. Ele depende também da pertença destas crianças às categorias socioprofissionais e económicas mais desfavorecidas (...) As crianças pertencentes a estas categorias, sejam nacionais ou migrantes, são de alguma forma “estrangeiras” ao meio escolar e estes factores têm certamente consequências nos resultados escolares e no futuro destas crianças” (Ramos, 1993: 589).

A estruturação psíquica e cultural da criança migrante é construída sobre clivagens e este é também um factor determinante de vulnerabilidade. A clivagem entre a cultura de origem e a cultura de acolhimento, entre o mundo de dentro e o mundo de fora e o rápido controlo de um universo duplo, dão a estas crianças e adolescentes uma ilusão de independência em relação às regras comuns, colocando, em certos casos, problemas de identidade, sentimentos de desvalorização e insegurança, dificuldades psicológicas e de integração social; factores, que isolados ou conjugados, poderão reflectir-se na adaptação social e escolar e nos próprios resultados escolares.

Muitas destas crianças e jovens, acumulando insucessos, desinvestem da escola, fecham-se, por vezes, em atitudes anti-sociais, de violência e rejeição e organizam-se em culturas e grupos de resistência, dentro e fora da escola, reproduzindo e aumentando as situações de exclusão social, de stresse e vulnerabilidade (Ramos, 2004, 2005).

O insucesso escolar representa um risco acrescido para a criança e tem consequências psicológicas importantes nas crianças e nas representações que as próprias famílias têm sobre si mesmas, sobre os seus filhos e sobre a própria escola, implicando igualmente a marginalização das crianças e jovens, já que estes são excluídos dos circuitos de apropriação dos saberes ou, pelo menos, daqueles que são mais valorizados nas sociedades industrializadas do mundo global, como é o caso da educação formal, da escolarização.

Com efeito, é a escola que na sociedade moderna, constitui a instituição educativa, de socialização e de integração, por excelência. A escola, enquanto espaço de encontro das diferenças, de convivência de diferentes culturas e de aprendizagem, constitui um desafio à educação e ao desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, migrantes ou autóctones, constituindo igualmente um factor de integração, de coesão e de enriquecimento pessoal e social.

A educação oferece às crianças e jovens oportunidades de adquirirem capacitação, desenvolverem sentido crítico e auto confiança, à medida que vivenciam a experiência da diversidade e obtêm um conjunto de conhecimentos, aptidões, atitudes e valores fundamentais para negociarem igualdade de oportunidades na sociedade e desenvolverem práticas de cidadania.

A escola constitui também para as famílias migrantes ou de minorias étnico-culturais, um espaço importante de contacto e integração na sociedade e desempenha um papel fundamental para a criança e sua família. As famílias depositam, em geral, na escola (a qual muitas, não conheceram, nem frequentaram) as esperanças e o êxito social não concretizados no país de origem, expectativas que a escola não está, muitas vezes, em condições de oferecer.

Pelo seu êxito na escola, a criança poderá legitimar, em parte, a decisão migratória, justificar o abandono da mãe pátria, os sacrifícios e os sofrimentos suportados ou, pelo contrário, o insucesso poderá culpabilizar os pais acentuando o insucesso do projecto migratório.

Todavia, a escola, instituição em que os pais, nomeadamente imigrantes depositam confiança, esperança e via para uma profissão e êxito social dos seus filhos, não consegue

responder a estas expectativas, aparecendo, frequentemente, como elemento de exclusão, de reprodução social e de estereótipos e preconceitos, de insucesso e de desigualdades, não proporcionando, assim, uma efectiva igualdade de oportunidades para os diferentes grupos étnico - culturais aí presentes e não constituindo uma força atractiva e mobilizadora de aprendizagem, de preparação para o futuro e de construção de projecto de vida (Bernstein, 1977; Bourdieu *et al.*, 1970; Ogbu, 1982, 1992; Wehlage, 1989). Estas desigualdades devem-se não só à própria motivação individual e herança cultural e social dos alunos mas, também, ao próprio sistema organizacional e curricular, à formação e expectativas dos professores e à cultura dominante na escola.

Para a criança e jovem migrante ou de minorias étnicas, vínculos sólidos, estáveis e gratificantes estabelecidos precocemente, a valorização das tradições e valores familiares e culturais, a língua materna são elementos que a inserem numa filiação, lhe asseguram uma identidade individual e colectiva, lhe conferem um sentimento de pertença e de auto confiança e lhe promovem competências de resiliência; elementos particularmente importantes em momentos de mudança, de ruptura e de adaptação que a ajudam a ultrapassar as perdas que o processo migratório implica, fortalecendo não só a capacidade de elaborar as mudanças e a vulnerabilidade que este processo envolve, mas também a possibilidade de se enriquecer e fortalecer com elas. Com efeito, apesar das rupturas e vulnerabilidades inerentes à migração, muitas crianças e suas famílias apresentam comportamentos resilientes e conseguem ultrapassar o risco, o stresse e as dificuldades a que são submetidas, constatando-se que aquelas que as ultrapassam, retiram um benefício suplementar ao nível da auto confiança, da auto afirmação e do desenvolvimento

Estratégias e Políticas Interculturais

A aposta na formação dos professores, nomeadamente na pedagogia intercultural, no privilegiar das opções vocacionais da população migrante e das suas realidades linguísticas e sócio-culturais, no conhecimento das situações experimentadas no país de origem, são factores a considerar na inserção escolar e profissional de grupos minoritários. O sucesso escolar, profissional e social é um importante factor de afirmação da identidade de um grupo étnico/cultural, no país de acolhimento. Se a existência de quadros legais que promovam a integração dos imigrantes é fundamental, é igualmente necessário promover uma educação que promova a integração de todos os grupos, minoritários e maioritários, susceptível de desenvolver na sociedade, em geral, a capacidade de aceitarem e

valorizarem as diferenças, uma educação que contribua para uma sociedade onde todos participem e dialoguem e favoreça uma concepção cosmopolita da nação.

Importa salientar algumas prioridades do sistema educativo, visando o desenvolvimento e a integração das populações, sobretudo imigrantes e minorias étnicas, nomeadamente: aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento, factor de cidadania e condição necessária para a integração social e para o desenvolvimento; formação na área da interculturalidade e flexibilidade pedagógica dos professores; concepção da escola como factor de integração e de aprendizagem intercultural; introdução no currículo da sensibilização para a diversidade e para a contribuição das diferentes culturas; promoção de práticas e políticas emancipatórias e capacitadoras dos indivíduos e dos grupos e que permitam compreender a complexidade do fenómeno educativo e as implicações da diversidade cultural.

A educação, nomeadamente o professor, tem de promover um ensino dialógico em que as diferenças, a alteridade e a diversidade sejam contempladas, em que o diálogo entre as culturas seja promovido e em que os preconceitos e os estereótipos sejam eliminados ou diminuídos. Os profissionais ao confrontarem-se com a diversidade e complexidade dos processos histórico-sociais, educacionais e pedagógicos e com o fenómeno escolar, poderão construir uma outra praxis profissional.

A instituição educativa deverá constituir um *locus* cultural e educativo de aprendizagens, muito em particular, de aprendizagem multi/intercultural, de comunicação entre as diferenças, de vivência e aprendizagem cultural, de troca de saberes, de incentivo à descoberta e à mobilidade, aberta à diversidade e à comunidade onde está inserida, respeitando as diferenças, especialmente, as de género, idade, etnia/cultura e religião.

A introdução na escola de estratégias e intervenções educativo/pedagógicas e curriculares multi/interculturais, disposições contra a discriminação e as atitudes racistas, formação adequada dos professores, revisão dos programas e dos materiais didácticos, metodologias e práticas adequadas às características individuais e culturais das crianças e jovens assim como, uma maior valorização da cultura dos alunos e uma melhor comunicação entre a escola, a família e a sociedade poderão desempenhar um papel importante a vários níveis: na promoção da comunicação intercultural; na revalorização do reportório cultural dos alunos; na redifinição de identidades sociais e culturais; no aumento do capital sócio-político dos alunos; na prevenção da violência, do insucesso escolar e das patologias que podem estar na origem; e, ainda, na promoção da auto estima, bem-estar e desenvolvimento dos alunos e das famílias, principalmente de grupos minoritários.

Uma pedagogia da relação intercultural baseada na compreensão e na tolerância, no reconhecimento do outro e da diversidade, deverá ajudar cada um a determinar as suas próprias representações, os modelos do seu sistema de valores, assim como a identificar as representações e os sistemas de valores e de normas dos outros indivíduos e grupos, constituindo um meio de “aprendizagem” do outro, de compreensão intercultural, de luta contra o etnocentrismo e a xenofobia (Ramos, 2001).

Para desenvolver a competência na comunicação e nas relações interculturais, é importante a tomada de consciência do grau de determinismo cultural dos nossos comportamentos, é necessário desenvolver a “*consciencialização cultural*”, a qual constitui um processo de aprendizagem cultural, que visa desenvolver a capacidade de analisar o mundo do ponto de vista de uma outra cultura e as competências para reconhecer as diferenças e a pluralidade (Hopes, 1979).

Ao nível da formação dos profissionais, o desenvolvimento de certos conhecimentos e competências poderão contribuir para melhor intervir no âmbito multi/intercultural e na mediação das relações humanas e interculturais, nomeadamente:

- desenvolvimento de competências interculturais adaptadas aos diferentes contextos de intervenção multicultural e à variedade de grupos culturais;
- uma formação que explique e contribua na compreensão da diversidade cultural e dos preconceitos e estereótipos socialmente construídos em relação às minorias e às diferenças religiosas, sociais, étnico/culturais e de género, de modo a fazer face a estas problemáticas, a combater os estereótipos e os preconceitos e a favorecer expectativas positivas em relação às minorias;
- desenvolvimento de competências linguísticas e relacionais e da comunicação com os alunos, as famílias e as comunidades;
- um melhor auto conhecimento dos profissionais, sobretudo ao nível das suas próprias identidades culturais, dos seus preconceitos e estereótipos e das suas atitudes discriminatórias;
- conhecimentos psicossociais e culturais sobre os diferentes grupos culturais e sobre as representações e estilos de aprendizagem;
- uma melhor compreensão dos mecanismos psicossociais e factores sócio-políticos susceptíveis de originar a intolerância, a rejeição e o racismo.

Ao nível da prática profissional é necessária uma intervenção que tenha em conta a compreensão dos fenómenos na sua complexidade e interactividade, constituídos nas relações históricas, sociais e culturais em que os indivíduos e os grupos estão inseridos. As

práticas de intervenção deverão ser promotoras de autonomia e capacitação humanas e de indivíduos implicados e capazes de serem agentes de mudança no seu meio social e cultural. Os profissionais podem contribuir na elaboração de políticas sociais e educacionais que promovam a comunicação, o desenvolvimento e o bem-estar das populações, baseadas em princípios de equidade, justiça social e diminuição das desigualdades e preconceitos em relação às diferenças e aos grupos minoritários.

É importante desenvolver uma intervenção profissional que questione as práticas de discriminação e de exclusão social e que procure individual e colectivamente alternativas visando a diminuição do preconceito, da discriminação e da invisibilidade produzidos nas relações de exclusão e de desigualdade social. É, igualmente importante para os profissionais conhecer os mecanismos sociais, históricos, políticos e institucionais presentes nas situações de discriminação e exclusão e nas próprias práticas sociais e pedagógicas, que retiram ao indivíduo o seu estatuto de ser autónomo e crítico e que são consideradas, em geral, como “naturais” no seio das instituições e da sociedade e promover estratégias de intervenção no sentido da diminuição e eliminação destas situações.

Reflexões Finais

O paradigma intercultural vem introduzir a diversidade, a pluralidade, a heterogeneidade, a complexidade, a interdisciplinariedade na pesquisa e na intervenção em educação; permite apreender as situações e os problemas em termos de dinâmicas, de processos, de relações e de estratégias; implica uma atitude de descentração e uma ética da relação humana e da relação pedagógica; implica o desenvolvimento de competências individuais, interculturais e de cidadania.

A perspectiva intercultural e a diversidade deverão ser integradas numa perspectiva mais ampla de construção da sociedade.

A diversidade cultural está no centro do desenvolvimento humano e é importante que se faça da diversidade e mobilidade uma oportunidade de enriquecimento e aprendizagem ao ritmo de um mundo global e de uma sociedade plural, partilhando tradições culturais, competências e saberes. Deste modo os Estados têm de desenvolver activamente políticas educacionais, sociais e multiculturais, para evitar a exclusão e a discriminação nos domínios social, económico, cultural, religioso, educativo e linguístico e para integrar a diversidade cultural, o diálogo intercultural e promover a igualdade de oportunidades nos diferentes sectores da sociedade.

As modalidades de inclusão das crianças, sobretudo de grupos minoritários, na sociedade e na escola reflectem os modos de inclusão das famílias e dos adultos que as educam e os processos de socialização, sendo igualmente determinantes as representações, atitudes e políticas interculturais e de integração da sociedade de acolhimento e da própria escola.

É necessário uma maior abertura do sistema escolar às problemáticas individuais, sociais e culturais, devendo a escola ter em conta a cultura de origem das crianças, sejam estas nacionais ou migrantes, criar espaços para reflectir a alteridade e a diversidade, a abertura ao mundo e à diferença. Estes procedimentos diminuirão a clivagem entre a escola, a sociedade e a família, promoverão a comunicação intercultural, a inclusão e a aprendizagem, facilitarão a auto-estima das crianças e jovens e reduzirão o insucesso escolar. Como salienta Giroux (1983: 293): *“As escolas não mudam a sociedade, mas podem criar-se nelas bolsas de resistência que proporcionem modelos pedagógicos para novas formas de aprendizagem e de relações sociais, formas que possam ser utilizadas noutras esferas mais directamente implicadas na luta por uma nova ética e uma nova visão de justiça social”*.

É necessário uma abordagem das problemáticas educacionais, que integre não só, a educação como um direito e essência do desenvolvimento humano, uma forma de mobilização e de transformação social, um elemento fundamental para lutar contra as desigualdades e a discriminação mas, integre igualmente, a dinâmica da mudança e da diversidade cultural, a multiplicação de alternativas, as pertenças multicategoriais como factores de inclusão, de inovação e de desenvolvimento

É importante um paradigma de abordagem da diversidade e dos grupos minoritários, não como um problema, mas como um recurso de capacitação e revalorização de identidades culturais, uma oportunidade de desenvolvimento individual, social e cultural e um processo de resiliência, fortalecendo as competências dos indivíduos e dos grupos para se consciencializarem dos seus direitos e deveres e para enfrentarem a mudança e o seu próprio desenvolvimento, integração e destino de uma forma positiva e participativa.

É indispensável desenvolver estratégias e intervenções psico-sócio-educativas, para que os profissionais e os cidadãos possam situar-se e enfrentar, de uma forma competente, responsável e reflectida, as diversidades individuais e culturais que encontram no seio da sociedade e das instituições, assim como os desafios e problemas que coloca a educação e a comunicação com indivíduos com referências linguísticas e culturais diferentes, desenvolvendo em todos, uma melhor compreensão da sua própria cultura e das outras

culturas, assim como uma maior capacidade de comunicação com os membros da sua cultura ou pertencentes a outros grupos e culturas.

È fundamental desenvolver a formação dos diferentes profissionais na área da interculturalidade, de modo a possibilitar a construção de práticas de formação e de intervenção, que contribuam para o desenvolvimento e bem-estar individual e social dos indivíduos e dos grupos e na promoção de práticas humanizadoras e emancipadoras a desenvolver no interior das relações interpessoais, sociais, institucionais e interculturais.

Uma sociedade multi/intercultural e um mundo globalmente interdependente, necessitam de uma nova abordagem de cidadania, que incorpore a dinâmica da diversidade cultural e da mudança e os princípios fundamentais dos direitos humanos, em estratégias e políticas que promovam o desenvolvimento humano, a justiça social, a igualdade de oportunidades, o diálogo intercultural e o acesso à cidadania de todos, em particular dos grupos minoritários.

Estes objectivos são preocupação da UNESCO (2001) quando afirma na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, art. 2: “*Em sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interacção harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, assim como, a sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos, garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz*”.

Estes objectivos estão, também, no centro das preocupações de muitos Estados, sobretudo da Comissão Europeia. Esta Comissão designou 2008 como o “*Ano Europeu do Diálogo Intercultural*”, como parte de um esforço concertado que visa encorajar o debate junto dos poderes públicos, do sector privado, da sociedade civil e de cada cidadão sobre as formas de aumentar a participação de grupos sub representados ou em exclusão na sociedade, acolher e promover a diversidade, a comunicação e o diálogo intercultural, promover a dignidade humana e a igualdade de oportunidades em todos os sectores, nomeadamente na educação, através do desenvolvimento da participação democrática da diversidade cultural, do reforço da cidadania e da participação, da aquisição e ensino de competências interculturais, da criação de espaços de diálogo intercultural e, ainda, da promoção do diálogo intercultural nas relações nacionais e internacionais.

Bibliografia

- Abdalhah-Preteille, M. (1986). *Vers une pédagogie interculturelle*. Paris : Pub. De la Sorbonne.
- Abdalhah-Preteille, M., Porcher, L. (1986). *Education et communication interculturelle*. Paris : PUF.
- Anthony, E., Chiland, C., Koupernick, C. (1982). *L'enfant dans sa famille. L'enfant vulnérable*. Paris : PUF.
- Aubert, F., Tripier, M., Vourch, F. (1997) (dir) *Jeunes issues de l'immigration. De l'école à l'emploi*. Paris : L'Harmattan.
- Banks, J., Banks, C. (1993). *Multicultural education: issues and perspectives*. Boston: Allyn & Bacon.
- Banks, J. (1995). (ed) *Handbook of research on multicultural education*. New York: Macmillan.
- Banks, J. A. (1997) *Educating citizen in a multicultural society*, New York: Teachers Columbia University.
- Bernstein, B. (1997). *Class, codes and control*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Berry, J., Poortinga, Y., Segall, M., Dasen, P. (1992). *Cross cultural psychology: Research and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blot, D. (1993). Problèmes posés par la scolarisation des enfants de migrants. In OCDE, *Migrations Internationales : le tournant*. Paris, 275-283.
- Bocquet, J. (1994). *La scolarisation des enfants d'immigrés*. Rapport au Conseil Economique et Social, 2-18.
- Boli, J., Thomas, G. Eds). (1999). *Constructing World Culture*. Standford: Standford University Press.
- Bolzan, D. (2002) *Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos*. Porto Alegre: Editora Mediação.
- Bourdieu, P., Passeron, J.C. (1967). La comparabilité des systèmes d'enseignement. In R. Castel, J. C. Passeron. *Education, Développement et Démocratie*. Paris : Mouton.
- Bourdieu, P., Passeron J. (1970). *La reproduction*. Paris : Minuit.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development : Experiments by nature and design*. Cambridge : Harvard University Press.
- Bruner, J. (1991). *Car la culture donne forme à l'esprit*. Paris : Eshel.
- Bruner, J. (1996). *L'éducation, entrée dans la culture*. Paris : Retz.
- Clanet, C. (1993). *L'interculturel. Introduction aux approches interculturelles en éducation et en sciences humaines*. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail.
- Cohen, J. (1999) Intégration: théories, politiques et logiques d'Etat, in Ph Dewitte *Immigration et Intégration – L'état des savoirs*, Paris : La Découverte, 32-42.

- COMISSÃO EUROPEIA (2004) *Igualdade e combate à discriminação na União Europeia alargada – Livro Verde*, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO (2005) *Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos*, Oeiras: Celta Editora.
- CONSELHO DA EUROPA (2000). *Diversity and cohesion : new challenges for the integration of immigrants and minorities* Estrasburgo : Pub. do Conselho da Europa
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2000). *Educação intercultural e cidadania europeia*. Lisboa: Ed. do C.N.E., M. da Educação.
- Crul, M. ; Vermeulen, H. (2003) The second generation in Europe, *International Migration Review*, 37 (4), 965-986.
- Cohen-Émerique, M. (1992). La tolérance face à la différence, cela s'apprend. *Interculturelles*, 16.
- P. Dasen et al. (1991). *Vers une école interculturelle*. Genève : FPSE.
- Freire, P. (1988). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Garbarino, J. (1992). *Children and families in the social environment*. New York: Aldine de Gruyter.
- Giroux, H. (1983). Theories of reproduction and resistance in the new sociology of education: a critical analysis. *Harvard Educational Review*, 53, 3.
- Hopes, D. (1979). Intercultural communication, concepts and the psychology of intercultural experience. . In M.Push (Ed.) *Multicultural education: a cross cultural training approach*. Chicago: Network Inc.
- Kymlicka, W. (1995) *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*, Oxford: Clarendon.
- Kymlicka, W. (2001) *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism and Citizenship*. Oxford : Oxford University Press.
- Labat, G., Vermes, A. (1994) (eds). *Cultures ouvertes. Sociétés Interculturelles*. Paris : L'Harmattan.
- Lavalle, F., Ouellet, F. (1991) (eds). *Identité, culture et changement social*. Paris : L'Harmattan.
- Lynch, J. (1986). *Multicultural education : principles and practice*. London : Routledge and Kegan Paul.
- Lynch, J. (1991). *Education for citizenship in a multicultural society*. Trowbridge: Dotesios Ltd.
- Machado, F. et al. (2005). Desigualdades sociais e diferenças culturais : os resultados escolares dos filhos dos imigrantes africanos. *Análise Social*, 176, 695-714.
- Meuret, D., Morlaix, S. (2006). L'influence de l'origine sociale sur les performances scolaires : par où passe-t-elle ? *Revue Française de Sociologie*, (47,1), 49-79.
- OCDE (2007). *Perspectives des migrations internationales*. Paris: SOPEMI.
- Ogbu, J. (1982). Cultural discontinuities and schooling. *Anthropology and Education Quarterly*. (4, 13), 290-307.

- Ogbu, J. (1992). Understanding cultural diversity and learning. *Educational Research*. (21, 8), 5-14.
- Ouane, A. (1995). *Vers une culture multilingue de l'éducation*. Hambourg : UNESCO.
- Ouellet, F. (1991). *L'éducation interculturelle. Essai sur le contenu de la formation des maîtres*. Paris : L'Harmattan.
- Piaget, J. (1970). *Épistémologie des Sciences de l'Homme*. Paris : Gallimard.
- PNUD (2004). *Relatório do Desenvolvimento Humano. Liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Ed. Mensagem.
- Push, D. (1979) (ed.). *Multicultural education : a cross cultural training approach*. Chicago : Network Inc.
- Ramos, M.C.P. (2004). Nouvelles dynamiques migratoires au Portugal et processus d'intégration. *Revue Française des Affaires Sociales*. 2, 111-144.
- Ramos, M.C.P. (2006). Dual citizenship, governance and education : the situation in Portugal. In D. Kalekin-Fishman, P. Pitkanen (eds). *Dual citizenship as a challenge to European Nation-States*. Rotterdam: Sense Publishers, 171-211.
- Ramos, N. (1990). Educação precoce e práticas de cuidados infantis em meio urbano. *Actas do Colóquio viver (n)a cidade*. Lisboa: LNEC, 315-323.
- Ramos, N. (1993). *Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Une étude ethnopsychologique*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Paris V : Universidade René Descartes, Sorbonne, I e II vol.
- Ramos, N. (1999). Saúde e multiculturalidade. A criança em contexto migratório. In *IX Congresso Internacional : Saúde comunitária e exclusão social*. Lisboa, 24 e 25 Nov.
- Ramos, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade : Para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (35, 2), 155-178.
- Ramos, N.(2002). Communication, éducation et interculturalité. Vers une éducation à la tolérance. *Dialogos*, 5, 68-75.
- Ramos, N. (2002). Educação, saúde e culturas. Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (36, 1,2,3), 463-487.
- Ramos, N. (2003). *Interculturalité, communication et education*. Bucareste: Ed. Melina Press
- Ramos, N. (2004). *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ramos, N.(2005). Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão – do desenvolvimento à saúde e à educação. *Psychologica*, 38, 241-263.
- Ramos, N. (2006). Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção. *Psychologica*, 41, 329-350.
- Ramos, N. (2007). Interculturalidade, Educação e Desenvolvimento – O caso das crianças migrantes. In R. Bizarro (org.) *Eu e o Outro. Estudos multidisciplinares sobre identidade(s), diversidade(s) e práticas interculturais*. Porto, Areal Editores, 367-375.
- Ramos, N. (2007). Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*.(41, 3), 223-224.

- Richard, J. (2004). *Partir ou rester? Destinée des jeunes issues de l'immigration*. Paris : PUF.
- Todorov, T. (1988). *Nous et les autres*. Paris : Seuil.
- Tribalat, M. (1995). *Faire France. Une enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris : La Découverte.
- UNESCO (2001) *Open File on Inclusive Education*, Paris: Unesco.
- UNESCO (2003) *Overcoming Exclusion through Inclusive Approaches in Education*, Paris: Unesco.
- UNESCO (2004) *Changing teaching practices – using curriculum differentiation to respond to student's diversity*. Paris: Unesco.
- Wehlage, G. (1989). Dropping out : can schools be expected to prevent it ? L. Weis *et al.* *Dropping from school : issues dilemmas and solutions*. Albany : State University of New York Press.
- Weil, P. (2005) *La république et sa diversité : immigration, intégration, discrimination*, Paris : ed. du Seuil.
- Wieviorka, M. (1996) (dir.) *Une société fragmentée. Le multiculturalisme en débat*. Paris : La Découverte.